

31/07/2023 11:00:32 - AE NEWS

## ARTIGO/LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO: É HORA, ESTÁ MAIS QUE NA HORA!



Neste início de segundo semestre, temos muitas coisas importantes na agenda.

Desde buscar mais receitas para fazerem frente a um déficit recém-criado, aprovar a nova regra fiscal "o tal de arcabouço", aprovar de forma definitiva a importantíssima reforma tributária, e, finalmente, iniciar o processo de alívio monetário.

A expectativa para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) já é de, no mínimo, uma redução de 25 pontos-base com 60% de chance de ser 50 pontos, pelo menos é isso que nos diz a curva de juros de curto prazo.

Em sua última decisão, o Banco Central (BC) deixou a conversa mais clara a respeito do início do processo de afrouxamento monetário, foi explícito em sua ata.

Indicando o seu início para a reunião que virá neste começo de agosto, mas colocando também o termo "parcimonioso" que indica uma queda de juros mais para um ritmo de 25 pontos-base e, desde a ata, a comunicação do Banco Central (BC) tem sido mantida nessa direção.

Entretanto, as condições para o início do processo com uma queda mais expressiva vêm se desenhando a partir da continuidade de queda da inflação corrente, das expectativas de curto e médio prazo pelos agentes, além da manutenção da meta de inflação em 3% ao ano definida pelo atual governo, retirando o risco de ser aumentada e com isso aumentar também as expectativas de inflação mais longas.

Outro avanço foi a Câmara ter conseguido votar e aprovar a reforma tributária antes do recesso parlamentar.

A aprovação final dessa reforma é um marco institucional de suma importância para a perspectiva de ganho de produtividade e crescimento potencial para os próximos anos da economia brasileira, podendo ampliá-lo em 1% a 2% ao ano.

Ou seja, estamos iniciando o processo de redução de juros e a discussão de qual será o ritmo de queda ao longo das reuniões.

Do lado da reforma tributária, espera-se que até meados do mês de outubro o Senado tenha realizado a votação da pauta - o que permitiria o Congresso tramitar as alterações do texto até o final do ano (janela um pouco apertada, mas plausível).

E do lado fiscal os destaques seguirão sendo as propostas do governo para se conseguir arrecadação adicional capaz de cumprir com a meta de primário de 2024. Aprovação do PL do Carf, tributação de

31/Jul/2023 11:25

---

fundos exclusivos e de fundos offshore, o fim dos juros sobre capital próprio e a tributação de apostas esportivas têm sido as principais medidas na mira do governo.

Parece haver uma chance razoável do PIB de 2023 possa surpreender positivamente o mercado, enquanto as expectativas de inflação se ancorem e o IPCA de 2023 feche abaixo de 5,0% e 2024 bem mais próximo dos 3% que é a meta do BC.

Depois de um primeiro trimestre de muita incerteza, o ambiente macro desanuviou, se clareou, esperamos que o segundo semestre se desenvolva nessa direção, abrindo espaço para um começo de 2024 melhor que as expectativas dos agentes.

*Foi co-autor deste artigo o economista da Jive Investments Luan Takada.*

*Luiz Fernando Figueiredo é presidente do Conselho de Administração da Jive Investments*

Os artigos publicados no **Broadcast** expressam as opiniões e visões de seus autores.